

“Os fuzilados da Imbiribeira”: imaginário urbano da cidade do Recife no século XX

“THE SHOT OF IMBIRIBEIRA”: URBAN IMAGINARY CITY OF RECIFE IN THE TWENTIETH CENTURY

Audenice Alves dos Santos ZACARIAS¹

RESUMO

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre a tríade espaço urbano, memória e identidade, dentro de um pensamento crítico que evidencie a densa articulação dos múltiplos interesses que direcionam se/como as intervenções e resistências históricas irão cintilar no habitat das cidades ou serão impedidas de se projetarem no imaginário deste lugar. De modo específico, referimo-nos à placa de mármore em memória dos militares fuzilados em Pernambuco após suspeita de oposição à ditadura de Floriano Peixoto durante a segunda Revolta da Armada, ocorrida entre 1893 e 1894. Mesmo após o encerramento do governo florianista, verificou-se cautelosa exposição de marcos de constestação contra governos, mesmo que ditatoriais, na República brasileira. Não recebendo “os fuzilados da Imbiribeira” permissão para que fosse atendido o pedido de envio de seus restos mortais para a cidade do Rio de Janeiro, epicentro da referida revolta. Sendo, finalmente, sepultados, em 1901, na igreja Matriz de Nossa Senhora da Paz, no bairro periférico recifense dos Afogados, onde permaneceriam até 1963.

PALAVRAS-CHAVE: Recife, Afogados, igreja, imaginário urbano.

ABSTRACT

This article presents some reflections on the triad of memory, identity and urban space within a critical thinking that provides evidence in monuments present in the latter, the dense articulation of multiple interests that guide the interventions and experienced historical resistances will flash on the habitat of cities or be prevented from designing in this imaginary place. Specifically, we refer to the marble plaque in memory of the soldiers shot in Pernambuco

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco.
Email: audenicealves@yahoo.com.br

after suspected opposition to the dictatorship of Floriano Peixoto during the Second Revolt of the Armada, which occurred between 1893 and 1894, however, even after the end of florianista government there was cautious exhibition of contestation against milestones, even dictatorial governments in the Brazilian Republic. Not getting "the shot of Imbiribeira" permission for it to be serviced request to send his remains to the city of Rio de Janeiro, the epicenter of that revolt. Just being buried in 1901 in the parish church of Our Lady of Peace Largo, in Recife suburb of Drowned, where they would remain until 1963.

KEYWORDS: Recife, Drowned, church, urban imaginary.

1. INTRODUÇÃO

Como "produto e obra da espécie humana, o espaço torna-se o lugar e o meio das diferenças"². Assim, desigualmente iluminados, desigualmente acessíveis ao (re)conhecimento dos viventes, agentes e eventos históricos do passado, vivido ou inventado, por vezes são apresentados ao público através de monumentos expostos em locais de grande circulação. O que torna a análise destes elementos referenciais extremamente relevante ao evidenciar a árdua articulação de diversos interesses acomodados na composição do lugar urbano.

Diante da possibilidade de criação e propagação de registros da atividade humana, transformando tais assentamentos em signos potencializadores de lutas da cidadania desejada pela ordem/desordem que busca manter/tomar o mando político, os monumentos cortinam a minuciosa ação/coação dos censores públicos da memória coletiva. Numa urdidura cuja tessitura expõe a contraditória, porém indispensável, interação entre lembranças e esquecimentos oferecidos ao consumo social especialmente em instantes de (re)definições da identidade dos indivíduos num determinado corte temporal.

Somente pensada, em toda sua profundidade, quando está em crise, a identidade, "que se supõe fixa, coerente e estável, é deslocada pela experiência da dúvida e da incerteza"³. Nesse momento visceral do sentir-se sem si, em que os sujeitos buscam estabilidade e coesão entre o mundo interior, pessoal, e o exterior, social, pela construção/aceitação de uma identidade que possam adotar ou ao menos se abrigar, o caminhar entre ruas e praças, ornadas por símbolos

² Henri Lefebvre, Hegel, Marx, Nietzsche. *Paris*: Casterman, 1975, p.223.

³ MERCER, K. "Welcome to the jungle". In Rutherford, J. (org.). *Identity*. Londres: Lawrence and Wishart, 1990, p. 43.

que cintilam valores e práticas possíveis de introjeção, pode tornar-se determinante pela concordância ou repulsa de um dado *habitus*⁴ cultural.

No regime republicano que se erguia extremamente carente por mínimas condições paramétricas estáveis que permitissem ações, interações e mesmo dissensos sem grandes ameaças à permanência do edifício institucional, a demanda por uma matriz cultural que habilitasse os indivíduos a fazerem escolhas controláveis, num esquema seguro aos que se impunham a orquestrar a nova ordem, mostrava-se indispensável.

Processo ainda mais difícil numa República que, nos campos basilares, mostrava suas enormes fissuras pelas disputas desde dentro do Executivo Federal. Como ficara cada vez mais evidente nos constantes desentendimentos entre o presidente Manuel Ferraz de Campos Sales e seu vice, o oligarca pernambucano, Francisco Rosa e Silva, especialmente nos primeiros anos do século XX⁵. Momento em que fora permitido em Recife, com apoio da rede ligada a Campo Sales, cerimônia que culminou na produção de monumento em memória dos indivíduos assassinados por ordens do Presidente Floriano Peixoto como punição por suposta participação na segunda Revolta da Armada, entre 1893 e 1894.

E é o trabalhar da relação entre o discurso documental dos arquivos, memória institucionalizada⁶, sobre a placa de sepultamento aos “os fuzilados da Imbiribeira”, fincada na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Paz, no bairro de Afogados, entre 1891 e 1963, e a memória estabilizada que será objeto de análise deste artigo, evidenciando na produção de efeitos de sentido a constituição dos sujeitos e das situações nas representações oferecidas.

O que se quer neste artigo, portanto, é: evidenciar como o potencial de territórios simbólicos do espaço urbano é controlado pelas relações de poder, de diversas temporalidades, ante a probabilidade de transformação dos lugares históricos em “lugares de memória”⁷, ou de “lugares de memória” em “lugares de recordação”⁸.

Para um embasamento teórico, lançamos mão de algumas contribuições teórico-metodológicas que indubitavelmente nos acompanharão ao longo de nosso trajeto de análise

⁴ Sobre o conceito de *habitus* ler BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.

⁵ Sobre as divergentes explicações quanto ao desentendimento entre Francisco da Rosa e Silva e Campo Sales, ler BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Sales*. 2004. 211 f. Teses (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

⁶ ORLANDI, E. P (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes ; Cáceres: Unemat, 2001.

⁷ NORA, Pierre. *Entre história e memória: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

⁸ ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

sobre como a tensão/contradição de interesses dos grupos políticos se inscrevem no circuito das peças urbanas, servindo a uma desejada imaginária coletiva. Apropriando-nos do conceito de imaginação social e cultural do espaço, que desde os anos 60, com o impacto dos estudos de Maurice Halbwachs, veio crescentemente analisar diferentes pontos de referência, como patrimônios arquitetônicos, personagens, paisagens e datas, em lugares de memória⁹, estruturando a memória individual e se inserindo na memória coletiva¹⁰.

Ao analisarmos o corpo documental selecionado para este artigo, publicações periódicas, relatórios, cartas, telegramas, atas, plantas e imagens, compreendemos que os discursos produzidos “não têm por função constituir a representação da realidade rememorada, no entanto, funcionam de modo a assegurar a permanência de certa representação”¹¹, estabelecendo sujeitos e posições. Isto porque, ao expressar ideologias recorrem ao imaginário social que, segundo Bronislaw Baczko, tem por eficácia reguladora a distribuição de identidades, posições sociais e códigos de comportamento.

Definiu-se estruturar o trabalho da seguinte forma: uma introdução; dois capítulos abordando, respectivamente, as ressonâncias da segunda Revolta da Armada em Pernambuco, e, em seguida, fundamentação teórico-metodológica para análise de representações construídas sobre fragmentos do acontecimento histórico exposto anteriormente no imaginário urbano do Recife no século XX, além de uma breve conclusão.

2 REMEMORAÇÕES DA SEGUNDA REVOLTA DA ARMADA EM MONUMENTOS DA CIDADE DO RECIFE (século XX).

2.1 RESSONÂNCIAS DA SEGUNDA REVOLTA DA ARMADA EM PERNAMBUCO (1893-1894)

Introduzido na arena política pernambucana por meio da intervenção de Floriano Peixoto na escolha do governo deste Estado, em 1892, Alexandre José Barbosa Lima teria oportunidade de expandir o alcance de sua voz não apenas nas terras pernambucanas, mas no espaço nortista e mesmo nacional durante a conflagração da Revolta da Armada, entre 1893 e 1894.

⁹ NORA, Pierre, Op. cit.

¹⁰ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. In: Revista Estudos Históricos, volume 2, número 3, 1989.

¹¹ VIGNAUX, M. “Argumentação e discurso do padrão”. In: Langages, n.53, Paris. 1979, p. 84.

Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 02, 2014

Mesmo construindo uma obra mais expositiva que analítica sobre os reflexos da eclosão da segunda Revolta da Armada em Pernambuco, o historiador Costa Porto evidencia que a indefinição, sentida ou encenada, por Barbosa Lima sobre questões estruturais, como a validade da federação e a representação do “princípio da autoridade”, entre Floriano ou Custódio de Melo, era acompanhada de perto pelo Poder Central. Além de, semelhantemente ao estudo elaborado pelo historiador Flávio Guerra, demonstrar como as tramas do governador Barbosa Lima, durante a revolta da Esquadra, podem ser caracterizadas como manifestação degenerativa da representação de uma autoridade democrática que este governo buscara representar nos primeiros anos de sua gestão. Inicialmente, no jogo entre exigências e promessas para declarar aliança com os sectários pernambucanos da conspiração, como Aníbal Falcão, Gonçalves Maia, José Mariano Carneiro da Cunha e José Maria de Albuquerque Melo, até oferecer “substancial apoio à vitória de Floriano Peixoto”¹².

Para isso, trabalhou para que fossem intensificadas as articulações com o saber institucional e jornalístico dos meios de comunicação aliados, fazendo emergir um acúmulo de informações que cartografam um condicionamento comportamental, um habitus cultural, que deveria ser apropriado pela sociedade pernambucana. Orquestrando percepções e apreciações, predispunham os indivíduos a fazerem certas escolhas de modo a, entrelaçados, tornarem-se centro de transmissão daquele poder que os constituía e que funcionava na cadeia de seu cotidiano, como no ambiente de trabalho, onde a população sentia-se em posição não apenas de sofrer a ação, como também de exercer este poder¹³.

Enquanto os simpatizantes da revolução do Almirante Custódio de Melo buscavam representá-la como meio de “realizar o sonho dos revoltosos de 1824, tornando Pernambuco independente”, ou simplesmente como meio de “conseguir a restauração do poder civil na república num movimento que logo teria repercussão no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, compelindo Alagoas”¹⁴, e até mesmo como forma de “constituir Pernambuco como árbitro da paz e readquirir sua antiga hegemonia na comunhão brasileira”¹⁵ os revoltosos locais tiveram

¹² ANDRADE, Manuel Correia de. *Secretaria da Fazenda .Um século de História*. Recife: Secretaria da Fazenda de Pernambuco, p.32.

¹³Convidados “pelo diretor dos Correios para auxiliar o governo (Floriano Peixoto), os carteiros, patrioticamente, no mesmo dia, foram se incorporar ao batalhão dos Tiradentes (responsáveis, inicialmente, pela proteção das munições que foram retiradas do Arsenal de Guerra, posteriormente se tornando força de vigilância e repressão)”. *Diário de Pernambuco*, 13 de setembro de 1893. Fundaj.

¹⁴ Notícias da Província, presentes em comentários do *Diário de Pernambuco* em 29 novembro de 1893, aponta ameaças de invasões do Governo Central a Pernambuco por meio de Alagoas. Fundaj

¹⁵ Notícias do jornal *A Província*, presentes em comentários do *Diário de Pernambuco*, 14 de dezembro de 1893. Fundaj.

narradas suas lutas políticas, planos e prisões nas memórias históricas do jornalista Gonçalves Maia¹⁶. Contudo, este autor não dispensa necessário esclarecimento quanto às mudanças do discurso de sua rede política que, em um primeiro momento, significa a segunda revolta da Armada como “uma questão de soldados em que o povo não deve se envolver”. Postura completamente alterada após a clara percepção de que, definitivamente, não contariam com o apoio do governo pernambucano, indispensável para ambos os lados em disputa devido à relevância deste estado.

Isto porque, seja para abastecimento ou possíveis reparos, o porto do Recife era passagem quase obrigatória às embarcações advindas dos Estados Unidos, país com condições de fornecer navios de guerra a Floriano, ao ponto da capital pernambucana logo se tornar a base das operações da esquadra do governo federal¹⁷. Além disto, a rede telegráfica que iria ligar todos os estados à capital da União ainda não havia sido concluída, devido falta de recursos liberados pelo orçamento aprovado pelo Congresso Nacional em 1890¹⁸. Ficando a comunicação entre alguns estados do Brasil e entre estes e os países europeus extremamente dependentes da estação telegráfica que tinha como suporte o cabo submarino aportado entre Recife e Senegal. O que tornava Pernambuco o centro das comunicações com o norte e com a Europa.

Não obstante, durante a crise interinstitucional, entre 1892 e 1893, o chefe do Executivo pernambucano, alegando “certeza horrível de sedição militar”¹⁹, havia solicitado ao ministro da Fazenda, Felisberto Freire, a entrega de armamento até então recolhido no forte do Brum²⁰. Suporte que de modo algum o governo federal poderia dispensar no momento em que enfrentava dificuldade para comprar uma esquadra, mesmo contando com os recursos da Casa Rothschild, de Londres.

¹⁶ MAIA, José Gonçalves. *Horas de prisão*. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

¹⁷ MAIA, José Gonçalves. *A política do assassinato*. Uma página da história pernambucana. Recife: Ed. Massangana, 1989.

¹⁸ Conforme a Mensagem do Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto por ocasião de abrir-se a terceira sessão ordinária da primeira legislatura do Congresso Nacional, 03 de maio de 1893. Esse documento faz parte do arquivo sobre “As mensagens presidenciais (1889-1993)”, do Latin American Microform Project (LAMP) no Center for Research Libraries (CRL) que produziu imagens digitais de séries de publicações emitidas pelo Poder Executivo do Governo do Brasil entre 1821 e 1993. Disponível em: < <http://WWW.crl.edu/brazil>>. Acesso em 01 de abril de 2012.

¹⁹ Telegrama enviado por Alexandre Barbosa Lima ao Ministro da Fazenda, Felisberto Freire, em 4 de maio de 1893. In: FREIRE, Felisberto. *História da Revolta de 06 de setembro de 1893*. Brasília: Editora UNB, 1982, p.152.

²⁰ Por ordem do Ministro da Guerra, Francisco Antonio de Moura, em 06 de janeiro de 1893, o governador Barbosa Lima tinha sido obrigado a entregar ao comandante do 2º Distrito Militar, no quartel da soledade, a bateria de artilharia aquartelada no forte do Brum. Esse documento faz parte do arquivo sobre o Ministério de Guerra no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

Para acelerar a compra de navios de guerra e demais armamentos, segundo o embaixador e historiador Sergio Costa, o empresário norte-americano Charles Ranlett Flint, sob o intermédio do ministro em Washington, Salvador Mendonça, buscava “apressar o reconhecimento de nossa República pelos Estados Unidos” propagando uma “ameaça de secessão pelas províncias do Norte e que se tal ocorresse, a República não resistiria”²¹.

Internamente, seria formada uma Confederação do Norte comandada, segundo Costa Porto, por Barbosa Lima que tornaria definitivamente explícita sua submissão a Floriano Peixoto. O que traria ainda maior perturbação ao cotidiano da população pernambucana, penalizada pelas ações arbitrárias de vigilância e punição, operadas por forças legais e supostos mercenários a serviço do governo.

Assim como em outras localidades brasileiras, circulava nas ruas recifenses o batalhão conhecido por “Tiradentes”. Uma “canalhada”, segundo o embaixador português Paço d’Arcos²², composta por “vigaristas esquecidos pela polícia, tendo como primeiro salário a impunidade; e o patriotismo, a ordem, e a legalidade como pretexto para seu mando de prender revoltosos e conspiradores, exercendo a tortura e o fuzilamento como meio de dar prova que estavam vigilantes”²³.

Baseados em suspeitas de que os marinheiros pernambucanos, Manoel Pacheco, João Batista de Oliveira, Eusébio Athanásio, Américo Virgílio e Ignácio Antônio Quaty (este com apenas 16 anos), estariam planejando levar o navio Paraíba para atacar a esquadra que viria dos Estados Unidos para substituir e lutar contra os marinheiros revoltados, o Governo Central ordenara fuzilamento destes militares no Paiol da Imbiribeira, localizado próximo ao bairro de Afogados, em 22 de novembro de 1893. Mesma sorte teria o ex-sargento Silvino de Macedo, participante da revolta do forte de Santa Cruz quando fora expulso do Exército. Antes de seguir viagem aos Estados Unidos, passeava pela cidade do Recife quando fora recolhido por um grupo especializado em prender e supliciar rebeldes e simpatizantes. Durante o interrogatório, ordenado pelo governador Alexandre José Barbosa Lima, chega ordem de Floriano, “fuzile sem formalidades”, assim, fora levado a pé pelas ruas recifenses até o Paiol da Imbiribeira onde ocorre a execução, sem direito a sepultamento formal.

²¹ COSTA, Sergio Corrêa da. *Brasil, segredos de Estado. Incursão descontraída pela história do país*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

²² *Ibidem*, p. 187.

²³ MAIA, José Gonçalves. *Op. cit.*, p.189.

2.2 “Os fuzilados da Imbiribeira”: o imaginário urbano da cidade do Recife no século XX.

Constituída pela pluralidade dos objetos materiais de caráter histórico que se acumulam no espaço das cidades²⁴, o imaginário urbano reúne características complexas de um lugar central metropolitano como testemunho de muitos exemplos justapostos. Manifestando nos marcos espaciais a relação que a sociedade urbana constrói com o invisível, ou seja, com seu passado.

Um passado de eventos históricos de algum modo fora de controle²⁵, por ser apenas inaugurado pelo autor da ação social, mas não tendo este poder de direcionar o significado de sua ação²⁶ passível de ser reproduzida e regulada na constituição de uma cartografia simbólica desejada por aqueles que detêm os meios mais eficientes para tentar impor seu controle.

Encontrando-se então expressa a relação/tensão entre a ordem da cidade e a ordem das relações de poder em um dado período, os monumentos criados para captar impressões em um cenário histórico têm por objetivo, segundo Aleida Assmann, conduzir o olhar conceitual da cidade, propondo um sentido particular que delimite na cidade territórios simbólicos. Percebendo-se, então, um direcionamento interpretativo dos acontecimentos históricos na construção de signos esculturais expostos aos olhares com iluminação apropriada a dar visibilidade ao que se julgue positivo em cada cômodo da imaginação social. Ao mesmo tempo em que são conduzidos ao esquecimento lembranças e sensações inconvenientes ao grupo com maior possibilidade de uso de importantes espaços urbanos. Como se fosse então estabelecido um “contrato” em que o condutor daquela produção visual, como se segurando o expectador pela mão, estabelecesse uma ordem espacial organizada, direcionada, imposta, no conjunto de possibilidades de percurso que o leitor-andarilho deveria trilhar. Ao mesmo tempo em que eram constituídos muros para impedir, ou dificultar seu vagar independente por outros deslocamentos interpretativos que não o desejado.

Segundo o conceito de “teatrocracia”, desenvolvida por Georges Balandier, os mecanismos de poder manifesto em diferentes civilizações demonstram como no mosaico de espaços, cenas, atores e linguagens servem para que o teatro do poder componha uma ilusão de legitimidade, comandando o real ao moldarem o imaginário social. Isto porque, “o poder estabelecido unicamente pela força ou violência não controlada teria sua existência

²⁴ KNAUSS, Paulo. *Imagens urbanas e poder simbólico: esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói*. Niterói: URR-PPGH, 1998 (Doutorado em História), p.45.

²⁵ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFME, 1998.

²⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

constantemente ameaçadas; o poder exposto unicamente à razão teria pouca credibilidade. O poder só se realizaria pela produção e conservação de imagens”²⁷. E nesta teatralização, estaria reservado um lugar à desordem, “mesmo temendo-a; por não terem a capacidade de eliminá-la sem matar o movimento em seu interior, é preciso, de alguma forma compor-se com ela”²⁸.

Entretanto, tal manipulação discursiva somente obteria sucesso em suas mensagens dependendo do encontro de códigos de afetividade, costumes e elementos histórico-culturais dos receptores para diminuir possíveis desvios interpretativos nas classificações, exclusões, divisões e delimitações propostas à configuração social. Antes fosse atingido o objetivo de que os receptores possam captar significados inscritos organizando a realidade em suas mentes e manifestem em seu comportamento social um “idioma geral” a ser naturalizado²⁹.

Para isto, fora utilizado o espaço da igreja, este elemento das cidades ocidentais que se distingue por não ser resultado de acidentes ou simples traçados coletivos, mas exemplo de “aparato do poder do Estado”³⁰, ou como define Foucault, “microesfera” que serve para legitimar a identidade imposta, padronizada e não diferenciadora proposta para o controle do Estado³¹ pela rede política que se estruturava nacional.

Ciente dos desafios do presidente Campos Sales com o Congresso, indisciplinado e barulhento, falastrão e agitado, e dentro do Poder Executivo Central, especialmente no período entre 1899 a 1901³², o Ministro de Guerra, João Nepomuceno de Medeiros Mallet³³, a 11 de janeiro de 1901, aceita a solicitação do advogado Vicente Ferraz de Barros Wanderley³⁴, para que fossem exumados “os corpos dos pernambucanos infelizes fuzilados da Imbiribeira”³⁵. Devendo contar apenas com as presenças do alferes Francisco Coelho (comandante do Paiol da

²⁷ BALANDIER, George. *O poder em cena*. Brasília: UNB, 1998, p. 8.

²⁸ BALANDIER, Georges. *A desordem: elogio ao movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 121.

²⁹ CERTEAU, Michel de. *A invenção da escrita*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2002. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990. PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

³⁰ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

³¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

³² PORTO, Costa. Op. cit., 207.

³³ Governador de Ceará e Mato Grosso, mas, ao se envolver no movimento político-militar de 1892, assinando o Manifesto dos 13 generais contra a permanência de Floriano Peixoto no poder, foi reformado no posto de general-de-brigada. Tornando-se Ministro de Guerra de Campos Sales entre 1898 a 1902.

³⁴ Advogado conhecido por ter prestado auxílio jurídico a presos recolhidos no Corpo Policial por envolvimento na segunda Revolta da Armada. Conforme manuscrito do Segundo Distrito Militar de Pernambuco, 25 de março de 1894, Pasta referente a Vicente Ferraz de Barros Araújo, pertencente ao Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.

³⁵ Segundo investigação do historiador Mario Melo, o erro cometido por Vicente Ferraz de que Silvino de Macedo seria um pernambucano é que este fora contemporâneo de Silvino de Macedo Lisboa, um aprendiz de marinheiro que aqui residia. Contudo, este equívoco somente foi corrigido após o historiador Melo ter entregue a certidão de nascimento do ex-sargento ao Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, conforme Ata 10 de agosto de 1950.

Imbiribeira), o general Travassos (comandante do segundo Distrito Militar), três praças, “conforme ordens de autoridade superior”, ocorre, às sete e meia da manhã do dia 14 de janeiro de 1901, a exumação.

Diferentemente do desejo publicado por Custódio de Melo, presidente da Comissão Central do Rio de Janeiro, a que fossem levados para o cemitério de Paquetá os restos mortais daqueles que “com coragem e civilismo se sacrificaram pela pátria”³⁶, ocorre sepultamento em jazido perpétuo, na igreja Matriz de Nossa Senhora da Paz³⁷, em Afogados, oferecido pelo capitão Olympio de Holanda Chacon, presidente da Irmandade do Santíssimo Sacramento daquela comunidade, após solicitação concedida pelo Excelentíssimo Monsenhor governador do Bispado, Marcolino Pacheco do Amaral.

Figura 2- Igreja de Nossa Senhora da Paz, em Afogados 1890³⁸



Às onze horas da manhã, de 11 de janeiro de 1901, foi feita cerimônia na Igreja de Nossa Senhora da Paz, estando presentes o Padre Francisco de Barros Cavalcante Lins, (pároco daquele templo entre 1896 a 1906), Padre Francisco Joaquim da Silva (pároco da Matriz de Santo

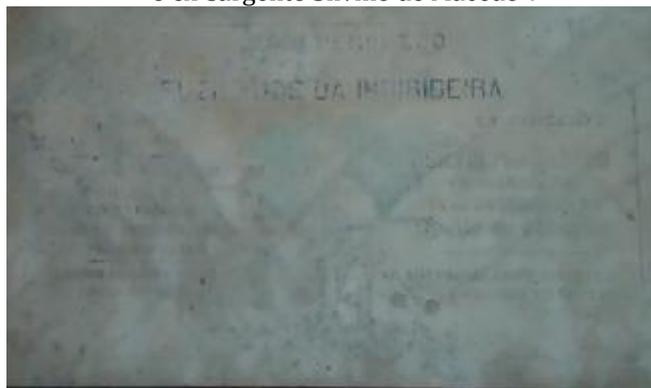
³⁶ Carta de Custódio de Melo ao advogado Vicente Ferraz de Barros Araújo, publicada no jornal A Província. Caixa 17, marco xx. doc, 0918, Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.

³⁷ Por volta de 1785, a capela foi transformada na igreja de Nossa Senhora da Paz, porém, somente em 1817, foi criada a paróquia de Nossa Senhora da Paz. COSTA, F.A. Pereira. Anais Pernambucanos, volume II, p. 596. Em 1901, poucos dias antes do sepultamento referido, o noticiário da cidade informava a precariedade da segurança deste templo, sendo comunicado por moradores a existência de sepulturas clandestinas no quintal da igreja (A Província, 05 de janeiro de 1901). Entretanto, tal fato não fora confirmado pelo delegado do primeiro distrito do Recife que, após investigação no local, nada ali encontrara (A Província, 09 de janeiro de 1901). Fundaj.

³⁸ Fonte: <http://www.fotolog.com/tc2/49591109/>, acessada em 08 de agosto de 2012.

Antônio), Doutor Vicente Ferrer e o capitão Olympio Chacon que já havia conseguido doações a fim de que fosse colocada uma placa de mármore, com dois metros de altura e um metro e meio de largura, ao custo de 275,00 réis, exposta no vão aberto na parede lateral nascente dentro da sacristia.

Figura 1-Placa em mármore “Os fuzilados da Imbiribeira”, com a inscrição:
“Os marinheiros do navio de guerra Paraíba que foram fuzilados no paiol de pólvora na Imbiribeira por ordem expressa do marechal Floriano Peixoto em 22 de novembro de 1893, sob acusação de estarem tentando levantar o barco para apoiar revolta da armada. Em 14 de janeiro de 1894 fora também fuzilado o ex-sargento Silvino de Macedo”.³⁹



Uma vez que todo dizer se encontra na confluência dos eixos da memória constituída, os dizeres já ditos, e o da atualidade, o que se está dizendo naquele momento em condições dadas⁴⁰, os discursos das cartas analisadas, do advogado Vicente Ferraz e de Custódio de Mello, recorriam ao imaginário daquela memória coletiva para produzir efeitos de sentido, presentificando sujeitos e ideologias.

Assim, visando estabelecer identificação afetiva entre os sepultados e a população local o primeiro emissor, num erro premeditado ou por desconhecimento pouco provável, agrupou todos os fuzilados como “pernambucanos infelizes” em sua interação com aqueles que exerciam

³⁹ Fonte: Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHG-PE)

⁴⁰ ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2001.

Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 02, 2014

o poder. Sendo as mortes destes “valentes defensores” diagnosticadas como fruto da ação de indivíduo indigno de ter seu nome anunciado, apenas apontado como “feroz assassino da Carta Magna (Floriano Peixoto)” que, mesmo com esta sua ação “traíçoeira contra a gloriosa revolta de 1893”, não teria conseguido impedir o “consagradamente destes guerreiros no vivo coração do povo brasileiro e de todos os que amam a liberdade”⁴¹.

Em representação semelhante, Custódio de Mello utilizou elementos discursivos de fácil compreensão/aceitação social, intencionando dar uma visibilidade aos fuzilados de modo a fixá-los no imaginário coletivo como indivíduos que, com “coragem e civilismo”⁴², se sacrificaram pela pátria”.

Entretanto, a verbalização apresentada na placa exposta na igreja acima citada, produzida não apenas para estar visível à comunidade daquele período, como às gerações futuras, constituiu-se de uma objetividade simplesmente informativa quanto aos “marinheiros” fuzilados “sob acusação” de apoio à Revolta da Armada. O que trazia aos que no momento se encontravam no exercício do poder descontinuidade e distanciamento. Ao mesmo tempo em que se afastava da esfera de práticas onde adversários, por supostos crimes, eram fuzilados, a rede política de Campos Sales apenas permitia representações favoráveis a oponentes de uma ordem constituída, mesmo que tenha sido esta uma ditadura, em espaços apenas acessíveis aos leitores consultivos. Isto porque as mencionadas cartas e cerimônias não foram, como buscamos evidenciar, amplamente divulgadas para conhecimento ou participação de populares. Conseguindo que o objetivo do ritual acima citado, de promover àquela placa de mármore uma áurea simbólica que garantisse a fixação de uma lembrança favorável aos vitimados e a transformação daquele templo em um “lugar de memória”, não encontrou ressonância na memória estabilizada.

No andamento de nossa investigação, observamos limitado registro sobre a placa referida, retirada da igreja de Afogados após o desabamento da nave e tribunas laterais, em 05 de junho de 1963, ficando de pé as duas torres da frente do templo⁴³. Destarte, depois do penoso processo de busca pela reconstrução do santuário⁴⁴, a placa fora finalmente enviada ao Instituto

⁴¹ Carta elaborada, em 15 de janeiro de 1901, pelo advogado Vicente Ferraz de Barros Wanderley e pelo capitão Olympio Chacon ao Ministério de Guerra. Caixa 17, marco xx, doc 0918. Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.

⁴² Doutrina constantemente ressaltada por militares como o capitão Alexandre José Barbosa Lima em sua Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco, 06 de março de 1895; e especialmente pelo “candidato do civismo” Rui Barbosa, ressaltando este como “o princípio indispensável à legalidade na República”, In: CASTRO, Sertório. A República que a revolução destruiu. Rio de Janeiro: Fonte Digital, 2002, p.150.

⁴³ Diário de Pernambuco, 06 de junho de 1963. Arquivo Público Jordão Emerenciano.

⁴⁴ Liderado pelo então pároco daquela igreja, Arnaldo Moreira, fora empreendida luta “pela reconstrução ou demolição para que fosse construída uma nova igreja”, sendo escolhida a primeira alternativa por ser

Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 02, 2014

Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco apenas em 1984⁴⁵, não deixando rastros nos arquivos locais daquela instituição religiosa ou na lembrança dos seus congregados e funcionários.

3. CONCLUSÃO

Ao finalizarmos nossa análise sobre produção discursiva em torno da placa exposta, entre 1901 e 1963, na igreja Matriz de Nossa Senhora da Paz, no bairro periférico recifense dos Afogados, em memória dos militares fuzilados em Pernambuco após suspeita de oposição à ditadura de Floriano Peixoto durante a segunda Revolta da Armada, ocorrida entre 1893 e 1894, cremos ter lançado luz à intrínseca relação entre espaço urbano, memória e identidade.

Igualmente foi nosso objetivo demonstrar como tal fonte histórica complexa, devido sua mutabilidade interpretativa, oferece imagens parciais até mesmo distorcidas, mostrando-se um campo extremamente fértil e vastamente propenso a novas investigações.

mais viável. Isto porque a igreja só poderia contar com recursos vindos de instituições religiosas, ao não ter conseguido tombamento, mesmo com a luta do professor e membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Aníbal Gonçalves Fernandes. Ofício 75/63, 10 de julho de 1964. Pasta 03.1. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco (IPHAN).

⁴⁵ DANTAS, Leonardo. Prefácio In: PORTO, Costa. *Os tempos da República Velha*. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1986, p. 18.

Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 02, 2014

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Secretaria da Fazenda** Um século de História. Recife: Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora Unicamp, 2001.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.
- BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. Enciclopédia Anthopos-Homem. V,EINAUDI, Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1985.
- BALANDIER, George. **O poder em cena**. Brasília: UNB, 1992.
- BALANDIER, Georges. **A desordem: elogio ao movimento**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFME, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992
- CASTRO, Sertório. **A República que a revolução destruiu**. Rio de Janeiro: Fonte Digital, 2002.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira, **Anais Pernambucanos**, Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1983-1987.
- COSTA, Sergio Corrêa da. **Brasil, segredos de Estado. Incursão descontraída pela história do país**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção da escrita**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- DAHL, Robert Alan. **Poliarquia: participação e oposição**, EDUSP, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FREIRE, Felisberto. **História da Revolta de 06 de setembro de 1893**. Brasília: Editora UNB, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- KNAUSS, Paulo. **Imagens urbanas e poder simbólico: esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói**. Niterói: URR-PPGH, 1998 (Doutorado em História).
- MAIA, José Gonçalves. **A política do assassinato**. Uma página da história pernambucana. Recife: Ed. Massangana, 1989.
- MAIA, José Gonçalves. **Horas de prisão**. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

NORA, Pierra. **Entre história e memória: a problemática dos lugares.** Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso.**

Campinas: Pontes Editores, 2001.

_____ (Org.). **História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional.** Campinas: Pontes ; Cáceres: Unemat, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio.** In: Revista Estudos Históricos, volume 2, número 3, 1989.

PORTO, Costa. **Os tempos da República Velha.** Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1986

PORTO, Costa. **Os tempos de Barbosa Lima.** Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1966.

VIGNAUX, M. “**Argumentação e discurso do padrão**”. In: Langages, n.53, Paris.

FONTES IMPRESSAS

Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)

Arquivo Público Jordão Emerenciano.

MANUSCRITOS

Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHG-PE)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)